

COSTA FILHO, Samuel. Lei de Responsabilidade Fiscal: a institucionalização do Estado brasileiro em defesa do capital financeiro. Belo Horizonte: Dialética, 2021. 384p.

Francisco Prancacio Araújo de Carvalho¹

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/2764-1392.5066>

Resenha recebida em 20/11/2023. Aceita em 3/12/2023.

Lei de Responsabilidade Fiscal é um livro escrito pelo Dr. Samuel Costa Filho, professor no Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí desde 1986. Um escritor não linear, intelectual crítico ao modo de pensar Economia pelo olhar convencional, que instiga uma reflexão complexa sobre a Teoria Econômica, a dinâmica do capitalismo, as relações de poder e o Estado.

Nessa obra, o autor contextualiza as diretrizes econômicas de cunho político ideológico, atreladas às bases do pensamento ortodoxo sob domínio atual das relações de poder, como fatores centrais para explicar as heterogeneidades estruturais na economia capitalista global, que culminaram com severos problemas econômicos e sociais em diversas nações e, particularmente, no Brasil. Uma abordagem reafirmada após a difusão de políticas neoliberais dos anos de 1980 e da reforma do Estado brasileiro, que mais recentemente vem se popularizando na literatura sob enfoque de alguns críticos, dentre os quais Bresser-Pereira.

Antes da promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no Brasil, em maio de 2000, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso no Brasil, Samuel Costa Filho já tecia críticas ao capitalismo, ao Estado e à realidade da economia brasileira, o que o habilitou na construção de sua tese sobre a referida Lei a partir de reflexões continuadas. Em 2008, em artigo, apontou a Lei de Responsabilidade fiscal como um instrumento de intervenção econômica sob o Estado e, em 2012, a contrapôs com a seguridade social (COSTA FILHO, 2008, 2012).

¹ Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente (REDEPRODEMA) pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Docente no Departamento de Ciências Econômicas da UFPI.
E-mail: prancacio@ufpi.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9025-6880>

A “*Lei de responsabilidade fiscal: a institucionalização do Estado brasileiro em defesa do capital financeiro*” é uma obra que esclarece como a instrumentalização legal de ação do Estado, pelo aparato jurídico e institucional, torna-se elemento da prática de política econômica de base ortodoxa, que legitima e defende interesses de setores institucionais específicos e de agentes sociais que dominam as relações de poder na dinâmica capitalista.

O texto usa método complexo, raramente utilizado nas ciências, contribuindo – de forma clara e objetiva – com uma tese forte e inteligível. Arraigada na dialética, expõe argumentos científicos, teoria, dados e processos históricos para explicar a realidade econômica e social. Desenvolve uma temática ampla, de elevado interesse social e de passagem obrigatória para qualquer gestor público ou condutor de política econômica.

O autor consegue transpor a densa Teoria Econômica em uma expressão textual fácil e acessível a qualquer leitor(a), alimentando a curiosidade, despertando reflexões e estimulando a continuidade da leitura. É algo para quem deseja conhecer profundamente a Teoria Econômica e a realidade do sistema capitalista global e nacional, com enfoque crítico. Um texto para curiosos, que queiram olhar para além da linearidade.

Ao longo da redação textual, Costa Filho referencia o pensamento de diversos autores contemporâneos e assenta-se na Teoria Econômica ortodoxa, keynesiana e marxista – e em suas concepções de Estado – para falsear o conflito de aparência entre o Estado e o mercado, sob o espectro da lei de responsabilidade fiscal (LRF).

São escritos que esclarecem, por exemplo, como a ideia da eficiência do mercado e do Estado mínimo sob a égide do pensamento econômico ortodoxo e; do papel do Estado em Keynes, podem disfarçar o Estado capitalista, legitimado pela instrumentalização jurídico-institucional legal. Ao invés dos benefícios aparentemente gerados pelo ordenamento jurídico institucional, como é comum na literatura, o autor revela as dimensões e os interesses associados, os ganhos e prejuízos de ordem econômica e social. Faz uma reflexão sobre o Estado, diante das relações sociais das classes, e de como a globalização financeira do capital contrapõe-se ao Estado desenvolvimentista e garantidor de benefícios para o conjunto da sociedade, mostrando o seu papel ativo diante da inserção global capitalista.

A obra divide-se em duas grandes partes. Uma é dedicada a decifrar os elementos mais gerais da Teoria Econômica, do Estado e da ordem capitalista global. A outra afunila as peculiaridades do objeto de estudo: o Brasil em suas relações na dinâmica capitalista global e a Lei de Responsabilidade Fiscal como parte do processo de legitimação do Estado brasileiro em suas relações com o capital financeiro.

Após a apresentação do objeto do estudo na introdução, na primeira parte do conteúdo, o autor desconstrói o que chama de falso antagonismo entre Estado e mercado, contrapondo o Estado mínimo do pensamento econômico da ortodoxia e o Estado keynesiano de busca do pleno emprego e das melhorias sociais. Para tanto, desenvolve seus argumentos apresentando a ideia do pêndulo à direita (ortodoxia) e à esquerda (keynesiano) e, assim, expõe como, historicamente, as relações dos agentes econômicos determinam a prevalência do Estado capitalista (visão de Karl Marx), que culminou com o respaldo do aparato jurídico e institucional – inclusive no Brasil, com a instituição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ainda na primeira parte do livro, o autor enquadra a análise do Estado em Marx como a linha explicativa do atual Estado capitalista: complexo, contraditório, mediador e agente endógeno ativo na dinâmica capitalista, resultante em sua conformação histórica de domínio entre conflitos de interesses de classes, que culminou com a prevalência da dinâmica do capital (identidade das relações sociais de produção). Nesse sentido, o Estado torna-se um elemento de dominação da classe capitalista, que surgiu e desenvolveu-se como protagonista da evolução do capitalismo, atualmente, presente na difusão e alocação global do capital financeiro.

Para o fechamento da primeira parte, o conteúdo descreve o processo histórico da financeirização global da Economia e da desregulamentação dos mercados. Aponta inúmeras consequências desse processo, indicadas como inibidoras do desenvolvimento na periferia do capitalismo, tais como: crises e instabilidades econômicas, crises fiscais e perda de soberania dos Estados nacionais, aumento do endividamento e outros importantes impactos sociais e nas relações de trabalho.

Esses são problemas provocados nas economias nacionais, na visão do autor, pelas forças globais de expansão do capital, que geram crises no Estado e inviabilizam a capacidade de a Economia fortalecer o seu lado real e o bem-estar social. São forças que impõem nessas Economias, ainda, a opção de uma política macroeconômica orientada pela primazia monetária restritiva e a restrição fiscal, criadora de condições para remuneração do capital financeiro.

Já na segunda parte do texto, Costa Filho aproxima-se da realidade brasileira até chegar na LRF. Revela, primeiramente, uma inserção do que chama de uma ideologia ultraliberal das elites econômicas e políticas brasileiras, que se alinham a atores externos, internos e a imprensa, para se submeterem a dinâmica de inserção do capital financeiro internacional no Brasil, criando um ambiente favorável, com o processo de reformas liberais, das quais a LRF é participe.

Nesse sentido, a tese do autor é a de que o Brasil renunciou à soberania e ao manejo da política econômica na medida em que implementou reformas em favor do consenso liberal, dentre as quais um processo de abertura da economia ao mercado externo, busca por estabilidade macroeconômica, redução da participação do Estado na Economia, desregulamentação dos mercados financeiros e privatizações. Assim, o autor mostra como o Estado brasileiro se transformou ao longo do tempo, através de adequações na parceria global com o capital financeiro, que criaram dependência externa, fuga aos interesses nacionais, sociais e democráticos, inibindo o processo de desenvolvimento nacional.

Na continuidade da segunda parte, o autor mostra como o Brasil se enquadrou no processo de financeirização global do capital, evidenciando os atores históricos e o formato das transformações legais e institucionais, incluindo inúmeras ações e a própria LRF. Da LRF emanam importantes restrições fiscais, elevação da carga tributária, metas de superávit primário, facilidades para o pagamento de dívidas e o próprio conflito com o desenvolvimento e o progresso social.

O autor esclarece, no decorrer do texto, como ocorreu esse processo de inserção brasileira na globalização financeira com implantação de políticas liberais de primeira geração no governo de Fernando Henrique Cardoso (janeiro de 1995 a janeiro de 2003) e, outras de segunda geração, até chegar ao governo Dilma Rousseff (janeiro de 2011 a agosto de 2016), enfatizando a não existência de uma estratégia de desenvolvimento para o país em prol do rentismo.

Na finalização da segunda parte da tese, o autor faz o arremate final da obra, mostrando como surgiu e como funciona a LRF, que é na sua visão um instrumento jurídico-institucional no aparato do Estado brasileiro. O autor exhibe sua lógica econômica, conflitos e interesses, sob o argumento de camuflagem do discurso essencial, inibido pela defesa de sua aparência jurídica, técnica e operacional, que esconde a realidade e colabora para a quebra do pacto federativo constitucional ao limitar os gastos primários e investimentos que viabilizem o desenvolvimento.

Para o autor, a regulamentação da LRF favorece o rentismo, que com suas imposições sobre as finanças do Estado brasileiro liberam receitas para remuneração do capital e enquadram a política econômica do país na globalização financeira capitalista. Tais condições levam o país a opção de uma macroeconomia de curto prazo, disciplinada por política monetária restritiva, Banco Central independente e política fiscal restritiva, sustentada no tripé de metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante.

Essas são políticas que buscam ajustes fiscais, estabilidade de preços, redução dos gastos sociais e orçamento equilibrado, terminando por elevar a dívida pública e restringir a capacidade de gasto social do Estado. Ajustes são balizados pelo discurso de reforma do Estado (gerencial) para ampliar a capacidade fiscal e solucionar suas crises, torná-lo eficiente, com credibilidade e confiança aos olhos do mercado. Disso se criou o consenso social alinhado com a mídia, que gerou a perda do centro de decisão nacional e redução da capacidade de favorecer o país, beneficiando, estritamente, o capital financeiro.

Em reflexão final, as falhas e os ganhos na aparente alocação eficiente global e regional da renda, instrumentalizaram formas de dominação (LRF), com validação social, sob uma carga de essências fundamentais, capazes de mover multidões em prol de interesses peculiares do ambiente de poder econômico e político, que esvaziam o conhecimento intelectual crítico e o ganho material da maioria, esgotando oportunidades do desenvolvimento econômico e social, diante dos vagões da história, como um vírus invisível que planta uma pandemia, mas que os olhos não enxergam nem mesmo uma epidemia.

Referências

COSTA FILHO, S. Lei de Responsabilidade Fiscal: *busniess administration* de Estado? **Texto de discussão**, v. 17, p. 2-30, 2008.

COSTA FILHO, S. A lei de Responsabilidade Fiscal e a questão da seguridade social no Brasil. **O comercialista**, v. 1, p. 1-12, 2012.